Conclusão

Tania Maria Fernandes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FERNANDES, T.M. Conclusão. In: *Vacina Antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920* [online]. 2nd ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 109-113. ISBN: 978-65-5708-095-5. <https://doi.org/10.7476/9786557080955.0005>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Conclusão

Neste estudo, buscamos analisar questões relativas à vacina antivariólica no Brasil, em especial o processo de organização institucional da vacinação no âmbito técnico-científico, político e administrativo.

Ao longo do período abordado, verificamos que a organização de instituições responsáveis pela vacinação antivariólica não possibilitou o controle da varíola em seu aspecto endêmico e epidêmico. Várias foram as causas da ineficácia dos serviços – que eram questionados e substituídos constantemente, sem, contudo, apresentar mudanças no quadro epidemiológico. As instituições responsáveis pela vacinação foram criadas em resposta a momentos de crise, em geral causados por epidemias, e não como resultado de uma política de organização institucional.

Durante o Brasil Império, as duas instituições criadas – Junta Vacínica da Corte (1811) e Instituto Vacínico do Império (1846) – justificaram-se por propostas diferenciadas, tendo em comum a preocupação de incorporar a prática da vacinação já legitimada na Europa e que simbolizava a absorção dos progressos da ciência. A centralização, presente de forma mais nítida a partir de meados do século na condução do governo, surge como característica da proposta que visava a dar conta do problema da varíola no âmbito nacional. Na prática, no entanto, essa proposta, assinalada na criação do Instituto Vacínico do Império, não correspondeu sequer às necessidades da Corte.

Alguns fatores são responsáveis por esse quadro. As propostas formuladas esbarravam nos interesses da estrutura oligárquica de poder local que deveria executar as ações comandadas pelo governo central, tornando inviável a proposição. Além disso, mesmo no nível central, as propostas sanitárias eram dificultadas pela carência de um corpo técnico capaz de conduzi-las e, principalmente, pela falta de consenso entre os médicos sobre as medidas que deveriam ser adotadas.

Os primeiros anos da República brasileira tinham a Europa como modelo de saúde e civilização, pois era para os olhos daqueles países que se remodelaria e, sobretudo, se ‘modernizaria’ a cidade, foco das atenções naquele momento. Para isto, a criação da Inspetoria Geral de Higiene, que ambicionava centralizar e controlar a ação de defesa sanitária em todo o país, fortalecia a vigilância sanitária dos principais portos brasileiros, centro das relações econômicas, em detrimento do parco serviço de vacinação antivariólica existente. Observa-se, na Figura 21, que no início do século XX a mortalidade por varíola no Rio de Janeiro ainda era expressa de maneira significativa.

Embora defendida, ao longo de todo o período estudado, como uma responsabilidade do Estado, a vacina, a partir de 1887, foi assumida por um médico – o barão de Pedro Affonso –, que de forma bastante ambígua descrevia o Instituto Vacínico Municipal criado por ele como uma propriedade particular, apesar de subvencionada pelo Estado. Trata-se de uma organização defendida por seu diretor como se estivesse fora do Estado, apesar de mantida no raio de ação do poder governamental.

A manutenção desse instituto com a sua configuração original pode ser considerada atípica, porém sua criação constituiu uma solução – plenamente afinada com as propostas vigentes naquele momento – para os problemas que o Estado vinha enfrentando. Ao nos referirmos à ‘criação’, é importante atentar que ela se deu, na realidade, ainda no Brasil imperial, em 1887, quando Pedro Affonso conseguiu reproduzir a vacina animal no país. Nesse momento, o Estado concedeu a Pedro Affonso o direito de monopolizar a vacina, o que lhe foi garantido pelo governo republicano, possibilitando a criação do Instituto Vacínico Municipal em 1894, no Rio de Janeiro.

A manutenção político-administrativa de Pedro Affonso, representada pelo Instituto Vacínico Municipal, no período de 1903 a 1920, apresenta uma conformação diferenciada da fase anterior, uma vez que criou embates representativos de propostas antagônicas. De um lado, estavam

os higienistas e médicos afinados com as propostas de Oswaldo Cruz, de centralização plena dos serviços sanitários; de outro, Pedro Affonso defendia seu Instituto, sustentado pelo significativo apoio político angariado por ele.

Figura 21 – Coeficiente de mortalidade por varíola no Rio de Janeiro (D.F.), 1880-1910

Fonte: Ministério da Educação e Saúde. Instituto Oswaldo Cruz.

O prestígio político conquistado por Pedro Affonso, principalmente na virada do século, permitiu-lhe consolidar seu projeto, apesar das constantes ameaças contidas nas propostas centralizadoras encaminhadas por Oswaldo Cruz na primeira década do século XX. Foi, no entanto, o grupo de sanitaristas seguidores de Oswaldo Cruz, emergente durante a metade da segunda década, que conseguiria romper, em 1920, a lógica vigente até então, inviabilizando o projeto de Pedro Affonso, que não encontrou mais sustentação política nem técnico-científica. O projeto do barão divergia daquele do novo grupo de higienistas e médicos que ascenderam à direção da Saúde Pública, em uma articulação com o presidente eleito Epitácio Pessoa.

Pode-se tributar ao sucesso alcançado por esse grupo, e à viabilização da proposta de reestruturação dos serviços de saúde por ele formulada, o estabelecimento de um consenso mínimo sobre a necessidade da mudança no sentido de criar uma efetiva ação centralizadora no que se refere tanto à unificação de instâncias superpostas, quanto à abrangência nacional que o novo órgão deveria ter.

Encerrava-se um ciclo de embates entre concepções antagônicas, representadas pelas trajetórias do barão de Pedro Affonso e Oswaldo Cruz. A divergência de concepções pode ser caracterizada por polarizações marcantes, delimitadas entre ação estatal e iniciativa privada; centralização e descentralização; instituições, como Manguinhos, que visavam à formação de discípulos, e instituições com características familiares, como a do barão de Pedro Affonso, que se detinha em reproduzir uma técnica sem gerar conhecimento científico vinculado à produção da vacina.

Essas divergências caracterizam-se como pólos temáticos em torno dos quais, com diferente ênfase, esses personagens simbolizaram uma época de transição que marcou profundamente a conformação dos serviços de saúde pública e das instituições de pesquisa biomédica em nosso país.

Pode-se considerar que Pedro Affonso foi ultrapassado por não ter desenvolvido pesquisas sobre a vacina ou a varíola, tendo utilizado a mesma técnica de produção do imunoterápico desde que a introduziu no Brasil. Ele se limitou a incorporar algumas inovações – como o uso da glicerina para a conservação da vacina – e não participou do processo de investigação científica que ocorria em vários países em busca de mudanças na produção da vacina, tentando substituir o uso do vitelo por ovo

embrionado ou coelho. No entanto, é plausível imaginar que, com o espírito empreendedor – e não de pesquisador – que o caracterizava, ele teria incorporado qualquer inovação caso elas tivessem existido. Até o fim da década de 1920, as inúmeras pesquisas realizadas em outros países não alteraram substancialmente a técnica de produção.

Do ponto de vista da fabricação da vacina, apesar de considerarmos que o Instituto Vacínico ficou ultrapassado por não ter-se dedicado, ao longo de sua existência, à investigação científica aclamada pela medicina experimental, sua incorporação ao Instituto Oswaldo Cruz, em 1920, tampouco significou mudanças substantivas na técnica de produção. Apesar do desenvolvimento de pesquisas e da mudança técnica já apontada por institutos de pesquisa europeus, o uso do vitelo continuou a comandar a produção do imunoterápico no Brasil. Inexplicavelmente, o Instituto Oswaldo Cruz continuou, até a erradicação da varíola no Brasil, na década de 1970, a utilizar os dois procedimentos – uso de vitelo e ovo embrionado –, uma vez que já empregava esta nova técnica para a fabricação da vacina antiamentária.

O depoimento de Fonseca da Cunha, pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, que dirigiu durante longo período o serviço de produção das vacinas virais nessa instituição, sugere uma explicação surpreendente. O Instituto Oswaldo Cruz não teria assumido a técnica mais avançada – produção em ovo embrionado – devido ao receio de romper com a tradição, revelando, assim, uma ambigüidade da instituição, que, desde sua criação, trazia como marca a inovação científica.

Oswaldo Cruz não chegou a presenciar a realização de seu desejo quanto à vacina antivariólica, falecendo precocemente em 1917. O barão de Pedro Affonso, diante das novas propostas de reestruturação dos serviços sanitários, não conseguiu garantir a manutenção do Instituto no âmbito municipal, tendo de negociá-lo com os governos federal e municipal, perdendo o ‘seu’ Instituto para essas esferas de poder.